



# INSTABILIDADE DOS TERRITÓRIOS

POR UMA LEITURA CRÍTICA DA CONJUNTURA  
A PARTIR DE MILTON SANTOS

**Mónica Arroyo**  
**Adriana M. Bernardes Silva**  
Organizadoras



# INSTABILIDADE DOS TERRITÓRIOS

POR UMA LEITURA CRÍTICA  
DA CONJUNTURA A PARTIR  
DE MILTON SANTOS



© Universidade de São Paulo - USP,  
2022

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA,  
LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS**

**Organização**

Mónica Arroyo  
Adriana M. Bernardes Silva

**Produção Editorial**

Aline Pereira de Barros | Letra1

**Revisão**

Aline Pereira de Barros | Letra1  
Luísa Hall | Letra1  
Paulo de Toledo | Letra1

**Capa e Projeto gráfico**

Marta Zimmermann | Letra1

**Diagramação**

Juliana Carneiro | Letra1

**CONSELHO EDITORIAL**

Sonia Maria Vanzella Castellar (FEUSP - PPGH)  
Reinaldo Paul Perez Machado (DG/FFLCH/USP)  
Rita de Cássia Ariza da Cruz (DG/FFLCH/USP)  
Wanderley Messias da Costa (DG/FFLCH/USP)  
Ângelo Serpa (IG/UFBA)  
Iná Elias de Castro (DG/UFRJ)  
Saint-Clair Cordeiro da Trindade Junior (NAEA/UFGA)  
Fabio Betioli Contel (DG/FFLCH/USP)  
Rodrigo Ramos H.F. Valverde (DG/FFLCH/USP)

Catálogo na Publicação (CIP)  
Serviço de Biblioteca e Documentação  
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo  
Charles Pereira Campos – CRB-8/8057

159 Instabilidade dos territórios [recurso eletrônico] : por uma leitura crítica da conjuntura a partir de Milton Santos / Organizadores: Mónica Arroyo, Adriana M. Bernardes Silva. -- São Paulo: FFLCH/USP, 2022.  
41.200 Kb; PDF.

ISBN 978-85-7506-443-6  
DOI 10.11606/9788575064436

1. Urbanização – Aspectos sociais. 2. Sociologia Urbana. 3. Geografia Urbana. 4. Território. 5. Políticas Públicas. I. Arroyo, Mónica, org. II. Silva, Adriana M. Bernardes, org.

CDD 304.23



Esta obra é de acesso aberto. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e autoria e respeitando a Licença *Creative Commons* indicada.

USP



fflch



PPGH



pós-graduação em  
**GEOGRAFIA**  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001



# **INSTABILIDADE DOS TERRITÓRIOS**

**POR UMA LEITURA CRÍTICA  
DA CONJUNTURA A PARTIR  
DE MILTON SANTOS**

**Mónica Arroyo  
Adriana M. Bernardes Silva  
Organizadoras**

**São Paulo, 2022**

# SUMÁRIO

<b>Introdução .....</b>	<b>9</b>
-------------------------	----------

## **PRIMEIRA PARTE – SOBRE RECORDAÇÕES E ARQUIVOS**

<b>Milton Santos e o engajamento social da geografia.....</b>	<b>23</b>
---	-----------

*Sueli Angelo Furlan*

<b>O talento, o rigor, a seriedade, o olhar para o futuro são o retrato de Milton Santos.....</b>	<b>27</b>
---	-----------

*Rosa Ester Rossini*

<b>Milton Santos: um arquivo vivo para os Estudos Brasileiros .....</b>	<b>31</b>
---	-----------

*Flavia Grimm e Jaime Tadeu Oliva*

## **SEGUNDA PARTE – CENTRALIDADE DA PERIFERIA E DIREITO AO TERRITÓRIO**

<b>Um olhar descolonial em Milton Santos.....</b>	<b>49</b>
---	-----------

*Rogério Haesbaert*

<b>A transição em marcha: o desafio às formações socioespaciais do Sul.....</b>	<b>67</b>
---	-----------

*Mónica Arroyo*

<b>Projeto nacional e políticas públicas: Pelo direito ao território.....</b>	<b>79</b>
---	-----------

*Lisandra Pereira Lamoso*

<b>Políticas públicas territoriais de saúde no Brasil em tempos de crise democrática e institucional.....</b>	<b>93</b>
---	-----------

*Ricardo Mendes Antas Jr.*

## **TERCEIRA PARTE – URBANIZAÇÃO CORPORATIVA E POBREZA ESTRUTURAL NA CIDADE E NO CAMPO**

<b>Agronegócio globalizado, uso corporativo do território, pobreza e desigualdades socioespaciais no Brasil.....</b>	<b>113</b>
--	------------

*Denise Elias*

<b>Globalização e urbanização corporativa: manifestações e tendências dos circuitos da economia urbana .....</b>	<b>137</b>
--	------------

*María Laura Silveira*

**Cidades e urbanização corporativas na Amazônia contemporânea: atualidades de um pensar geográfico desde o Sul global..... 153**

*Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior*

**Meio técnico-científico informacional e circuitos da economia urbana: contribuições do geógrafo Milton Santos para a compreensão da modernização tecnológica no tempo presente..... 173**

*Catia Antonia da Silva*

**Milton Santos 20 anos – Arquitetura e urbanismo, técnicas doces..... 191**

*Manoel Lemes da Silva Neto*

#### **QUARTA PARTE – VIOLÊNCIA DA INFORMAÇÃO: REDES TÉCNICAS E POLÍTICAS**

**Informatização planetária e usos do território brasileiro: disputas e tendências..... 225**

*Adriana M. Bernardes Silva*

**O espaço digital: como nos querem fazer crer, como é, como poderia ser..... 243**

*Nina Santos*

**Novos eventos e o aprofundamento da violência da informação: a dataficação e a desinformação massiva..... 251**

*André Pasti*

**Digitalização do espaço e uso algorítmico do território..... 265**

*Fábio Tozi*

#### **QUINTA PARTE – O TERRITÓRIO COMO LIMITE À AÇÃO CEGA DAS FINANÇAS**

**Milton Santos: uma luz que continua acesa..... 279**

*Ladislau Dowbor*

**As finanças e o espaço geográfico: considerações a partir da obra de Milton Santos..... 293**

*Fabio Betioli Contel*

**Redes econômico-financeiras e centros *offshore* ..... 309**

*Leila Christina Dias*

**Tecnificação, financeirização e multiplicação da escassez:  
reflexões sobre dinâmicas e contradições  
da pobreza no período atual..... 323**

*Marina Regitz Montenegro*

## **SEXTA PARTE – TERRITÓRIO COMO ABRIGO: CIRCUITOS E CENAS CULTURAIS**

**Roda de conversa com Allan da Rosa: Literatura, imaginários,  
densidade comunicacional e cotidiano nas cidades..... 341**

*Allan da Rosa, Mauricio Moysés e Sílvia Lopes Raimundo*

**Milton Santos e o existir em ato: contribuições do teatro negro  
para as geografias das existências..... 363**

*Anita Loureiro de Oliveira, Hilton Cobra e Raquel de Padua Pereira*

**Vivendo o período popular da história: música, razão e emoção..... 379**

*Antônio Carlos Malachias e Vanir de Lima Belo*

## **EPÍLOGO**

**Um olhar dissonante..... 399**

*Denise Stoklos e Milton Santos*

**Sobre os autores ..... 409**

# Globalização e urbanização corporativa: manifestações e tendências dos circuitos da economia urbana

María Laura Silveira

## Introdução

No período da globalização, um processo incessante de modernizações ou de sucessivas divisões territoriais do trabalho tem como corolário um processo de urbanização corporativa. Em outras palavras, grande parte dos recursos socialmente produzidos nas metrópoles é endereçada, por meio de ações do Estado, às infraestruturas modernas e demais investimentos que favorecem particularmente as condições de produção dos agentes mais capitalizados. Nesse contexto, a mancha urbana estende-se ainda mais, evidenciando escassez de equipamentos e bens públicos e acolhendo um amplo mercado de circuitos de produção e consumo com diversos graus de capital, tecnologia e organização. Daí a diferenciação analítica entre circuito superior e circuito inferior. Neste capítulo buscamos, em primeiro lugar, esboçar um retrato do período da globalização a partir dos principais processos e variáveis que reorganizam o espaço; em segundo lugar, discutimos algumas manifestações constitutivas e relacionais dos circuitos da economia urbana na contemporaneidade; por fim, apresentamos um conjunto de tendências que reconhecemos nessa arena compartilhada da economia superior e da economia pouco capitalizada.



## A globalização e o rearranjo das variáveis na atual divisão internacional do trabalho

O processo acelerado de expansão e adensamento das variáveis que definem a modernidade contemporânea, isto é, a nova divisão internacional do trabalho, pode ser compreendido a partir da ideia das variáveis determinantes que se tornam dominantes (SANTOS, 1996). Essa predominância da tecnocracia, da informação, da finança e do consumo, leva a uma interdependência dos eventos no que Milton Santos (1996) chamou de acontecer solidário, isto é, “a realização compulsória de tarefas comuns, mesmo que o projeto não seja comum [...] malgrado todas as formas de diferença, entre pessoas, entre lugares” (SANTOS, 1996, p. 132). Nessa forma do devir, nesse acontecer solidário que define os lugares, alguns agentes hegemônicos criam produtos e instrumentos inovadores que utilizam estrategicamente no território, induzindo os demais ao exercício de ações subordinadas. Daí a natureza determinante das variáveis. Mas, ao mesmo tempo, banalizam alguns desses produtos e instrumentos na vida social, revelando a natureza dominante das variáveis no cotidiano.

É nesse movimento que as variáveis alcançam, como formas ou nexos, realidades ou tendências, todos os lugares do planeta. Esse fenômeno contemporâneo é retratado pelo autor (SANTOS, 1996) a partir de três tendências constitutivas: a unicidade da técnica, a convergência dos momentos e a unicidade do motor. A primeira das tendências faz alusão à planetarização de um sistema técnico, cuja base é a técnica da informação. Por essa razão, poderíamos dizer que é uma nova ontologia – um conjunto sistêmico de objetos e procedimentos – mas também uma nova axiologia, porque impõe um parâmetro de valor às demais técnicas e ao trabalho. Ellul (1968) já havia alertado sobre a busca do método mais eficaz, o reino do pensamento e da razão, o “fenômeno técnico, hoje universal” (ELLUL, 1968, p. 18). Definido por Mauss (1967) como o conjunto de “técnicas, indústrias e *métiers*” (MAUSS, 1967, p. 50) essencial a uma sociedade, o sistema técnico é hoje invasor, único, interdependente, se constitui em redes e traz a possibilidade de dissociar os processos produtivos e unificar os comandos, ampliando a divisão do trabalho e a respectiva cooperação. É a arena da produção das firmas globais, cujo resultado é a elaboração de um produto global.

Segunda tendência, a convergência dos momentos, é a possibilidade, de um lado, de conhecer de maneira instantânea o que acontece noutros lugares da Terra, cujo resultado mais primoroso é a cognoscibilidade do planeta e, de outro, de transmitir ordens e informações graças a uma base técnica unificada. A produção da instantaneidade – o denominado tempo real – tem, portanto, uma significativa

consequência histórica que é a interdependência do devir ou acontecer solidário e a ampliação dos contextos da vida nos lugares. Desse modo, a história torna-se universal, tantas vezes simploriamente explicada pelo tempo único. A multiplicação de temporalidades, decorrentes das inúmeras interpretações do tempo e das desiguais oportunidades de utilizar as possibilidades da época, impede assimilar a existência de um relógio universal à multiplicidade da vida social. Estamos, assim, em face de novas interpretações e usos do tempo que Ribeiro (2012) entende como “uma temporalidade amplificada por ramificações da técnica que refazem o meio, as mediações e os mediadores, transformando conteúdos e formas socioespaciais”. (RIBEIRO, 2012, p. 114).

Por fim, a unicidade do motor diz respeito à mundialização do produto, do dinheiro, do crédito, da dívida, do consumo e da informação, realizada por um punhado de empresas globais em ferrenha concorrência, capazes de apropriar-se da mais-valia globalmente produzida. Como explica Chesnais (1998, p. 12), a “abertura regulamentar” e a “interligação em tempo real” permitiram a integração internacional dos mercados financeiros, mas essa só se realizou a partir das decisões e operações dos “gestores das carteiras mais importantes e mais internacionalizadas”. As políticas das empresas são acolhidas pelas bases normativas dos Estados e, amiúde, mascaradas por convincentes discursos que lhes dão legitimidade. Desse modo, os agentes globais realizam a integração financeira.

Cada uma de tais tendências, assim conceitualizadas, lembram o que Simmel (2006) afirmava sobre os conceitos universais: “Através de toda a história da filosofia desenvolvem-se misturados e confundidos, um dentro do outro, estes três conceitos: a universalidade das coisas, a unidade das coisas, a fundamental realidade das coisas”. (SIMMEL, 2006, p. 69-70).

Essa expansão das variáveis determinantes, que é crítica, contraditória, violenta, implacável, é o que permite definir o presente ao mesmo tempo como um período e como uma crise. Graças à presença planetária das variáveis a crise é global, mas, como a história se realiza nos lugares, é nesses que a crise é verdadeiramente vivida. Nesse último ano e meio é espinhoso pensar noutras crises que não sejam as derivadas da pandemia, cujo desfecho foi a reorganização de tais variáveis determinantes, a produção acelerada de novos universos simbólicos e a realidade da doença e da morte nos lugares. A própria forma que assumiu boa parte da vida social e econômica, em função do trabalho remoto, da precarização do emprego e do crescimento da pobreza, torna difícil não pensar a pandemia como principal conteúdo do presente. O certo é que se consolidaram as unicidades e verificamos a força ascendente

da trilogia mercado-ciência-tecnologia ou daquilo que já Coriat (1976) havia expressado como a “domesticação da ciência pelo capital” (CORIAT, 1976, p. 77). Mas é necessário empreender o esforço de pensar o presente como um sistema de eventos duradouro e espesso, que encontra sua explicação mais na organização – um sistema de tempo – do que no evento – embora esse tenha alcançado um significado e uma magnitude impensadas. Dir-se-ia que é mister entender a dialética vivente do território, evitando cair na visão de uma dialética mumificada, como alerta Gurvitch (1962), porque incapaz de captar as totalidades reais em marcha. Trata-se de apreender a dialética entre os eventos da divisão internacional do trabalho e da divisão territorial do trabalho, entre os processos de urbanização e os circuitos da economia urbana.

Aqui, a técnica, entendida como elemento constitutivo do espaço, ganha centralidade (SANTOS, 1996). Advindo da ciência, o atual sistema técnico está constituído por macrossistemas (JOERGES, 1988; GRAS, 1993) e microssistemas, os quais permitem uma expansão nunca antes vista, da divisão internacional do trabalho e da divisão territorial do trabalho. Em outras palavras, torna-se possível uma separação territorial das etapas da produção, demandando uma nova fluidez dos territórios para permitir tanto a circulação das pessoas, matérias-primas, mercadorias, dinheiro, instrumentos financeiros, como a comunicação instantânea entre pessoas e lugares. Tantas vezes desmanchando o conteúdo histórico e os limites das regiões, o sistema técnico atual e os sistemas de ações associados atingem notadamente o cotidiano, até agora tributário da copresença no lugar, que é o espaço contínuo por excelência. Contudo, o lugar já continha o fermento da uma tecnificação destinada à teleação e a telepresença, mas hoje a intensificação do uso de semoventes – *smartphones* e aplicativos – desenha novas dimensões no cotidiano, tornando-o um “cotidiano enriquecido [que] se impõe como uma espécie de quinta dimensão do espaço banal” (SANTOS, 1996, p. 257).

Contribuindo na digitalização do trabalho, das comunicações, da informação, do consumo, dos pagamentos, do crédito, tais semoventes levam a um tautocronismo nunca antes realizado. Em palavras de Lash (2005), “a cultura tecnológica existe, constitutivamente, à *distância*. As formas de vida tornam-se formas à distância [...] não posso navegar essas distâncias nem desenvolver a socialidade fora da minha interface maquinal”. (LASH, 2005, p. 43). Mas, como já escrevera Milton Santos (1996): “A influência das técnicas sobre o comportamento humano afeta as maneiras de pensar, sugerindo uma economia de pensamento adaptado à lógica do instrumento”. (SANTOS, 1996, p. 149). Com a realização da simultaneidade e da possibilidade de

franquear as distâncias, a ação torna-se de algum modo menos complexa, menos imprevisível e mais submetida a uma simplificação para que seja capaz de mover rotineiramente os novos dispositivos. Ação e procedimento, em certos contextos, se fundem e se confundem.

Transformando as divisões do trabalho, essa expansão dos sistemas técnicos encontra seu corolário na urbanização do território e da sociedade. Enquanto a mobilidade dos fatores de produção, potenciada pela flexibilidade da técnica contemporânea, provoca a frequente mudança das localizações produtivas e o respectivo nervosismo dos territórios, a difusão dos consumos produtivos e consumptivos, graças ao progresso das técnicas de *marketing* e circulação, contribui na reorganização da rede urbana e naquilo que Lefebvre (1973) chamava de urbano.

No entanto, hoje a interface entre macrossistemas e microssistemas técnicos vive uma nova revolução em virtude da denominada inteligência artificial, ou, em outras palavras, essas técnicas que dizem apreender, herdeiras do intérprete da flauta de Vaucanson... A inteligência artificial desponta, assim, como uma variável ascendente dentro de uma variável determinante e dominante, a tecnociência, porque aprofunda e diversifica a divisão social do trabalho e aparece como motor novíssimo da divisão territorial do trabalho.

Na base dessa inteligência artificial estão os algoritmos, que, para um autor como Terranova (2017), se transformam nos meios de produção contemporâneos e numa forma de capital fixo. De tal maneira, dir-se-ia que a coprodução de dados é um resultado da utilização dos algoritmos como meios de produção e como veículos de consumo. Cria-se uma oferta de serviços gratuitos, cujo uso permite a produção de um enorme volume de dados com valor comercial que, por isso, no momento seguinte, pode ser mercantilizado. Portanto, essa coprodução de dados, na qual todos os consumidores participam, se torna um meio para monetarizar, ainda mais, uma economia que conhece um crescimento das atividades que podem atingir um custo marginal zero. A noção de economia de escala nunca foi tão verdadeira uma vez que, a cada busca do consumidor, aumenta a precisão das respostas propostas pelo algoritmo, dotando as grandes firmas de um poder técnico e político incomparável com outros períodos históricos. Além disso, enquanto o valor do aplicativo aumenta com cada crescimento no número de usuários, o poder da empresa também se amplia, já que essa majora seu valor. Berardi (2017) dirá que, hoje, o poder do capital é fundado nos automatismos integrados nos dispositivos técnicos e administrativos, ao tempo que Williams e Srnicek (2017) alertam sobre a crescente automação dos processos produtivos, incluído o trabalho intelectual

e o consumo. Difunde-se, de tal modo, o neologismo “cognitariado”, como uma analogia com a ideia de proletariado. E, inclusive, os algoritmos permitem automatizar a logística, como explica Negri (2017), criando um novo patamar para a condição de produção das empresas.

Aqui resulta pertinente retomar a noção de *general intellect*, que Marx (1972, p. 230) já definia como “força objetivada do conhecimento”, capacidade científica objetivada, que complementa o sistema de máquinas e que parece estar incluída na definição de período técnico-científico de Radovan Richta (1974) e de meio técnico-científico informacional de Milton Santos (1985). Na sua discussão sobre essa noção, Virno (2008) refere-se não apenas ao capital fixo, mas, fundamentalmente, ao trabalho vivo, sobretudo àquele exercido na interação comunicativa que envolve paradigmas epistêmicos, linguagens artificiais e constelações conceituais, isto é, os princípios que hoje governam a comunicação social e as formas de vida. O *general intellect* é, portanto, uma nova força produtiva. Essa discussão não parece estar longe da crítica que Milton Santos (1996, p. 52) fazia de certas leituras simplórias ou talvez anacrônicas de Marx em torno das forças produtivas e das relações de produção para, sem demora, afirmar: “a interdependência entre forças produtivas e relações de produção se amplia, suas influências são cada vez mais recíprocas, uma define a outra cada vez mais, uma é cada vez mais a outra. As forças produtivas são relações de produção, as relações de produção são forças produtivas”. Daí a importância de compreender a tecnificação da ação contemporânea e a técnica da ação (SANTOS, 1996), um trabalho vivo em intrínseca relação com objetos técnicos e normas.

Uma manifestação do *general intellect* contemporâneo pode ser reconhecida na banalização de algumas técnicas e informações produtivas a partir da imitação, do uso da *web* e de outras ações, cujo conteúdo inclui a cada dia mais as novas constelações conceituais a que se refere Virno (2008).

Contudo, nada disso pode ser feito sem a enorme irradiação das finanças, uma vez que facilitam o consumo antecipando o dinheiro por meio do crédito e multiplicam os produtos e instrumentos, os quais segmentam os mercados e monetarizam a vida cotidiana. Hoje existe a possibilidade de monetarizar o próprio risco a partir dos derivativos, como bem explica Appadurai (2017). O risco passa, assim, a ser uma nova mercadoria, e, portanto, todos os atores podem tomar crédito. Por isso, o crédito desburocratizado, aquele do qual o circuito inferior é um grande demandante, se torna hoje um grande negócio. É a intermediação financeira que avança no território e na sociedade, e, como explica Dowbor (1998), “como todos, na economia moderna, precisam passar

por este mecanismo [a intermediação financeira], tornou-se um instrumento ideal de cobrança de pedágio sobre a economia em geral”. (DOWBOR, 1998, p. 242). Tantas vezes o acesso aos novos semoventes e suas respectivas linguagens artificiais depende de créditos desburocratizados e do pagamento desse tipo de pedágios, levando ao endividamento da população.

Por fim, cabe assinalar que a divisão do trabalho não se realiza num espaço geral, mas num território usado em particular, resultado concreto da história paralela das coisas e das ações, sob certa regulação do Estado. É a sucessão de divisões territoriais do trabalho na formação socioespacial (SANTOS, 1977). Por isso, os eventos da globalização estão mediados pela configuração territorial, pelo tamanho demográfico, pelo grau de urbanização, pelo Estado e pelo direito, pela organização da economia, da técnica e do trabalho, resultado de divisões territoriais do trabalho pretéritas. Como assevera Sassen (2010),

na medida em que o nacional se transforma num espaço mais complexo para o funcionamento do global, as histórias particulares de cada país não perdem importância senão que a ganham, pois produzem negociações distintas com os novos fatores endógenos e exógenos das forças globais. (SASSEN, 2010, p. 288).

Desse modo, a substituição de uma divisão territorial do trabalho hegemônica por outra decorre das intencionalidades dos agentes com capacidade de antecipar o futuro que almejam, em permanente conflito com outros, mas também das heranças ou rugosidades do território usado. Como ensina Balandier (1976), a dialética “continua sendo a companheira reconhecida ou desconhecida que não aceita examinar as formações sociais como formas mortas”. (BALANDIER, 1976, p. 67). Cada cidade faz parte desse processo histórico, e, ao defrontar-se com o território nacional como contexto e como mediação, vê mudar sua inserção e seu movimento nesse território. De tal modo estaremos mais próximos de uma explicação substantiva do processo de urbanização.

## **Urbanização corporativa e circuitos da economia urbana**

Numa formação socioespacial particular, os agentes nacionais e mundiais, que buscam regular, manter a ordem e evitar rupturas entre as variáveis determinantes do período para desenvolver suas atividades, provocam uma sucessão e uma coexistência de normas, organizações e instituições públicas e privadas. Nesse impacto de eventos mundiais e nacionais no território e no meio construído

urbano (HARVEY, 1975), identificamos uma profusão de circuitos de produção e consumo, hierarquicamente organizados em função dos seus graus de capital, tecnologia e organização. Opostos e complementários, os circuitos da economia urbana nascem de um mesmo processo de modernização ou substituição de divisões do trabalho, e, portanto, estão subordinados às mesmas leis do modo de produção capitalista (SANTOS, 1975). Por isso, o circuito inferior não é uma manifestação a-histórica – vista como tradicional – nem assistemática – entendida como informal – do processo de urbanização, como tantas vezes foi retratado ao longo da história das ideias.

Quando essas organizações, instituições e normas, que estão pairando sobre a formação socioespacial, não conseguem mais manter a ordem, advêm crises, e, nessas, novos agentes ou novas associações entre agentes existentes estabelecem as condições da nova ordem. Empresas globais, incluídas aquelas cujo berço é nacional, grandes bancos e grandes agentes financeiros desenvolvem novos quaternários e atividades relacionais modernas para comandar o movimento do território. Despontam, assim, formas de financeirização mais largas do que o sistema bancário; técnicas e informações com novos instrumentos, normas de qualidade e procedimentos; pesquisas de mercado e publicidade, com a coprodução de dados. Eis a possibilidade de consumir em toda parte graças aos algoritmos de busca e à automação da logística, configurando uma revolução do consumo que ultrapassa as metrópoles e estabelece uma relativa ubiquidade da oferta na rede urbana.

Por outra parte, o Estado, nos seus diferentes segmentos, transforma ou se adapta à nova ordem, ora pela construção de infraestruturas para abrigar os sistemas técnicos ao serviço das grandes indústrias e dos novos quaternários – novas divisões territoriais do trabalho –, ora pela implementação de instrumentos de regulação e densidades normativas, como isenções, impostos, juros, repasses federais, entre outros. Nessa direção, Saskia Sassen (2010) nos alerta sobre o papel do Estado como produtor de micro intervenções e de legalidade, menos visíveis do que os marcos normativos das grandes privatizações, porém de grande eficiência para as novas formas de atividade econômica.

Criam-se, então, condições espaciais de produção e cooperação para as grandes firmas, aquilo que Topalov (1979) denominava força produtiva socializada da cidade, para que o circuito superior possa realizar a reprodução ampliada do capital. Ao mesmo tempo, constatamos tanto novas normas como vazios legais para o desenvolvimento da economia de plataformas ou para os novos conteúdos financeiros.

Está em marcha, então, a socialização capitalista (TOPALOV, 1979), que é uma verdadeira transferência de recursos da sociedade como um todo – capital geral – para certos agentes capitalizados. O corolário é a urbanização corporativa.

Na cidade corporativa, resultado de um processo de urbanização corporativa (SANTOS, 1994), reconhecemos macrossistemas técnicos e microssistemas técnicos, que se tornam uma variável intrínseca do desenvolvimento do circuito superior e que estão no cerne dos processos de reabilitação e valorização de certas áreas. Também vemos uma disputa entre, de um lado, investimentos destinados à modernização produtiva das grandes empresas vinculadas à divisão internacional do trabalho, e, de outro, os investimentos sociais, por exemplo, nas cidades que recebem grandes contingentes migratórios, os quais constituem uma variável intrínseca da reprodução do circuito inferior. Nesse contexto, a mancha urbana estende-se ainda mais, evidenciando escassez de equipamentos e bens públicos.

Numerosas tarefas amiúde não interessam aos agentes mais poderosos, e, por isso, são derivadas a um conjunto de pequenas e médias empresas que pode ser identificado como porção marginal do circuito superior. Resultado da existência de interstícios na divisão territorial hegemônica do trabalho, em que se exerce a cooperação com as grandes firmas ou apenas se sobrevive à mudança tecnológica e organizacional, a porção marginal também sofre o aumento dos custos de localização e outros custos derivados da cidade corporativa. Nesse sentido, Dowbor (1998) formula uma questão central ao escrever:

A visão de que a pequena e média empresas terão um campo suficiente ao se transformarem em segmentos terceirizados ou subcontratados das grandes empresas constitui uma incompreensão da função essencial, tanto econômica como política, da pequena empresa na estabilização dos sistemas econômicos modernos. (DOWBOR, 1998, p. 235-236).

Essa ordem imposta, que é também uma ordem obedecida, pelo menos parcialmente, acaba criando uma desordem no cotidiano. A nova composição técnica do capital cria um desemprego de nova natureza e o circuito inferior deve, portanto, encontrar uma nova organização cotidiana face à mudança brutal dos fatores de produção e dos seus custos. Por isso é que os agentes que alocaram seus pequenos capitais e desenvolveram suas atividades em certas porções da cidade, donde eles muitas vezes são expulsos e/ou sofrem adaptações permanentes. A reprodução simples do capital é enfrentada à iliquidez e ao custo do dinheiro, à obsolescência dos trabalhos, à concorrência desigual,

às proibições, inflação e altas tarifas como no caso do celular pré-pago. Mas o circuito inferior define-se pela sua aderência ao território, uma vez que esse é um dado central da sua existência e, por essa razão, as áreas deterioradas são ambientes aptos para a localização de pequenos estabelecimentos, para demandas de baixo poder aquisitivo, para agentes de menor acessibilidade, em definitivo, para diferentes temporalidades da cidade globalizada. De um modo canhestro, o tecido metropolitano permite ao circuito inferior um acesso potencial aos insumos segundo o poder de compra dos agentes e às inúmeras demandas, uma menor fricção da distância e uma menor dependência de uma única norma. É verdade que a crise e a pobreza atuais estão mostrando um crescimento das atividades não registradas – a dita economia informal – diante da maior escassez e da pressão tributária. O circuito inferior multiplica-se tanto pela premência em fracionar o processo de trabalho e circulação, como pela necessidade de fracionar a oferta e a demanda na busca da sobrevivência. Esse processo de extremo fracionamento mostra uma maior ocupação e, como corolário, um menor excedente individual, assinalando uma maior elasticidade dessa porção das atividades urbanas. Além disso, um novo fator alcança, há alguns anos e de maneira preocupante, o mercado de pequenas demandas do circuito inferior, cuja necessidade de liquidez é um elemento constitutivo. Esse mercado de empréstimos desburocratizados tornou-se bastante atrativo para os grandes agentes financeiros, revelando que finanças e consumo são os dois grandes traços de união entre os circuitos da economia urbana.

## **Pensando as novas formas de trabalho, a escassez e o futuro**

No livro *A urbanização brasileira*, Milton Santos escrevia:

Falar sobre o futuro da urbanização e das cidades é coisa temerária. Mas não falar sobre o futuro é deserção. Não se trata do futuro como certeza, porque isso seria desmentir a sua definição, mas como tendência”. E acrescentava: “Alcançar intelectualmente o futuro não é questão estatística, nem simples arranjo de dados empíricos, mas questão de método. (SANTOS, 1993, p. 118).

Num debate contemporâneo preocupado com o futuro, uma questão pareceria ser central: como se desenvolverá o trabalho nos próximos anos? Por meio de quais técnicas? Onde? Com que grau de organização e capitalização? Disso dependerá a natureza da urbanização, as feições da cidade e a dinâmica dos

circuitos. Pincelamos aqui algumas reflexões que são, sobretudo, apontamentos e notas mais do que um conjunto sistêmico de ideias:

1. Em função do agravamento das crises econômicas e da implantação do sistema técnico contemporâneo, descortinam-se o fim do emprego de baixa qualificação no circuito superior por meio de políticas corporativas de diminuição de custos e da automação. Entre tantos outros, esses traços da nova composição técnica do capital e do espaço levariam a pensar que certo número de pessoas que trabalham temporariamente no circuito superior e o resto do tempo no circuito inferior – seja sazonalmente, seja diariamente – passem a fazer parte do circuito inferior em tempo integral.
2. No entanto, esses trabalhadores não desaparecerão da economia urbana como um todo e daí a necessidade de continuar analisando-a nos seus diversos circuitos de produção e consumo. Todavia, cabe perguntar: até onde chegará a elasticidade do circuito inferior ou aquilo que McGee (1971) identificava como propriedade auto-inflacionária do circuito inferior? Não esqueçamos que, quando falamos de circuito inferior, é de pobreza que estamos falando. E aí a pergunta não é apenas analítica, mas também, e sobretudo, moral: qual será a tolerância do sistema político perante a elasticidade aparentemente infinita do circuito inferior?
3. A compreensão do território usado hoje não pode prescindir da análise das articulações entre o mundo material e o mundo virtual na produção da economia, pois mudanças na natureza dessa articulação podem ter impacto sobre as migrações, o perfil urbano e a hierarquia urbana. Voltemos aos semoventes e aplicativos, que são uma conjunção entre dispositivos materiais e *general intellect*, capazes de transformar hoje os serviços banais e os fluxos na cidade – transporte, entregas, serviços do lar e de cuidados –, mas também certos serviços qualificados como contadores, programadores, tradutores, etc. Quando aumenta o grau de organização da economia e do espaço, alteram-se as condições gerais de emprego. Há uma tendência à unificação dos preços nas plataformas, nas quais os bens e serviços tornam-se verdadeiras *commodities*, que coexistem com uma tendência à baixa dos preços graças às políticas agressivas de grandes grupos como *Uber*. Por outro lado as grandes firmas tecnológicas estão cada vez mais concentradas, transformando-se, tantas vezes, em devoradoras de *startups*, se o Estado não fizer alguma coisa para impedi-lo.
4. Contudo, a técnica contemporânea combina elementos materiais e imateriais novos e permite a divisibilidade dos sistemas, revelando um leque de

possibilidades e situações. Ao novo desemprego opõem-se atividades de nova natureza orientadas a mercados muito diversificados (informática, alimentação, entre outros), particularmente na porção marginal do circuito superior, que se nutre da difusão da informação e do consumo e se torna um elemento explicativo importante nesse quadro de vida social. Mas também as técnicas banais, doces, flexíveis (GAUDIN, 1978; SANTOS, 1996), variável intrínseca do circuito inferior, criam novas possibilidades de produção e comercialização no circuito inferior.

5. Os excedentes das atividades do circuito inferior e de boa parte das porções marginais do circuito superior são captados, a cada dia mais, pelo sumidouro das empresas financeiras do circuito superior em cada pedaço do território. E essas últimas são, ao mesmo tempo, frequentadas para obter crédito para investimento e consumo, tanto mais quando o crédito público amiúde atende insuficientemente as pequenas demandas.
6. O circuito superior e parte da sua porção marginal desenvolvem atividades crescentemente imateriais, em todas ou em algumas das suas etapas. É o *home office* que, além disso, contribuiu fortemente a um relativo esvaziamento dos centros. Mas também é o comércio eletrônico em estado puro ou, inclusive, nas suas formas híbridas, que incluem negócios físicos, enfraquecendo lojas e centros comerciais. Completa o retrato a individualização do transporte, que, graças aos aplicativos, rearranja os sistemas de movimento nas cidades. Esse conjunto de atividades será um novo *foot loose*? Ou será uma cooperação digitalizada menos exigente de fixos territoriais? Aqui a advertência de Han (2014) é pertinente: o *homo digitalis* não se congrega.
7. Entretanto, é possível que, concomitantemente, se fortaleçam as economias da copresença – economias de aglomeração, feiras, escambo – perante a necessidade do circuito inferior de desenvolver atividades basicamente materiais e presenciais e de encontrar demandas, por vezes nascidas no mundo virtual. Em outras palavras, para os agentes menos capitalizados ou com menor qualificação continua sendo imperioso completar a cooperação na copresença, que é o reino da densidade comunicacional.

Talvez hoje, em função das crises estruturais, possamos ter ainda mais elementos para descobrir aquilo que Milton Santos (2000) chamou de “limites da racionalidade dominante”. (SANTOS, 2000, p. 120). O crescimento da

pobreza, que ele explica como a convivência pacífica das classes médias com a escassez e a convivência conflituosa dos pobres com a escassez, parece agravar-se diante dos automatismos e do *general intellect*, que criam, de um lado, emprego, e, de outro, muito desemprego, mas também da urbanização corporativa, da financeirização e da diminuição do valor do trabalho. Para um autor como Flores d'Arcais, citado por Bauman (2017), “a pobreza (antiga ou nova) cria desespero e submissão, absorve toda a energia na luta pela sobrevivência, e situa a vontade a mercê de promessas vazias e enganos insidiosos”. (BAUMAN, 2017, p. 91). Outra é a perspectiva de Milton Santos quando escreve: “a sobrevivência [dos pobres] só é assegurada porque as experiências imperativamente se renovam. E como a surpresa se dá como rotina, a riqueza dos ‘não-possuidores’ é a prontidão dos sentidos” (SANTOS, 2000, p. 130).

Todavia, essas dívidas sociais são convergentes com um processo de fragilidade democrática bastante inquietante nos nossos países. Ana Clara Torres Ribeiro (2011) já se referia à “[...] preservação das formas mais cruéis de exercício do poder, reproduzidas sob o abrigo do discurso democrático” (RIBEIRO, 2011, p. 20-21), combinadas com “uma verdadeira sobrecarga de senso comum e de informações desconexas mantidas num plano pré-analítico”, que definem “um período contraditoriamente marcado por riscos de consenso aparente e carregado de violência simbólica e, assim, mecanismos de coerção”. Talvez esses fatos contribuam a explicar a indiferença política, particularmente de certas classes médias, que pode vir a transformar-se face a experiência da escassez, mas que é *per se* um dado preocupante. Como afirmava Guillebaud (1995), “o medo à carência voltou à sociedade” e, com ele, “a consciência de uma nova insegurança”. (GUILLEBAUD, 1995, p. 12-13).

A visão da cidade como uma arena compartilhada por um circuito superior e por circuitos pouco capitalizados poderia contribuir não apenas no entendimento da situação econômica atual, que não pode prescindir do território, mas também na compreensão da incompletude e fragilidade da democracia nos nossos países. É um retrato confuso, difícil de interpretar, mas que nos defronta com muitas transformações na escala urbana e na escala territorial hoje e nos próximos anos. Daí a inescusável tarefa de fazer uma análise crítica desses processos, sem abandonar o desafio da construção de uma educação e de uma cidadania fortes. Parece-nos que, assim, poderíamos chegar mais perto de um novo momento histórico de produção da consciência.

## REFERÊNCIAS

- APPADURAI, A. *Hacer negocios con palabras: el fracaso del lenguaje como clave para entender el capitalismo financiero*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2017.
- BALANDIER, G. *As dinâmicas sociais: Sentido e poder*. São Paulo; Rio de Janeiro: Difel, 1976.
- BAUMAN, Z. *Tiempos líquidos: Vivir en una época de incertidumbre*. Buenos Aires: Tusquest, 2017.
- BERARDI, F. "Bifo". *Fenomenología del fin: sensibilidad y mutación conectiva*. Buenos Aires: Caja Negra, 2017.
- CHESNAIS, F. Introdução geral. In: CHESNAIS, F. (coord.). *A mundialização financeira: gênese, custos e riscos*. São Paulo: Xamã, 1998. p. 11-33.
- CORIAT, B. *Ciencia, técnica y capital*. Madrid: H. Blume, 1976.
- DOWBOR, L. *A reprodução social: Propostas para uma gestão descentralizada*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- ELLUL, J. *A técnica e o desafio do século*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.
- GAUDIN, T. *L'écoute des silences, les institutions contre l'innovation?* Paris: Union Générale des Éditions, 1978.
- GRAS, A. *Grandeur et dépendance : Sociologie des macro-systèmes techniques*. Paris: Presses Universitaires de France, 1993.
- GUILLEBAUD, J-C. *La traición de la ilustración: Investigación sobre el malestar contemporáneo*. Buenos Aires: Manantial, 1995.
- GURVITCH, G. *Dialectique et Sociologie*. Paris: Flammarion, 1962.
- HAN, B-C. *En el enjambre*. Barcelona: Herder, 2014.
- HARVEY, D. The political economy of urbanization in advanced capitalist societies: the case of the United States. In: GAPPERT, G.; ROSE, H. M. (eds.). *The social economy of cities*. Beverly Hills; London: Sage, 1975. p. 119-163.
- JOERGES, B. Large Technical Systems: concepts and issues. In: MAYNZ, R.; HUGHES, T. P. *The Development of Large Technical Systems*. Frankfurt: Westview Press, 1988.
- LASH, S. *Crítica de la información*. Buenos Aires: Amorrortu, 2005.
- LEFEBVRE, H. *El derecho a la ciudad*. 2. ed. Barcelona: Península, 1973.
- MARX, K. *Crítica da filosofia do Direito: Introdução, Temas de Ciências Humanas*. São Paulo: Editorial Grijalbo, 1972.
- MAUSS, M. *Manuel d'éthnographie*. Paris: Payot, 1967.
- McGEE, T. G. *The Urbanization Process in the Third World: Explorations in Search of a Theory*. Londres: G. Bell and Sons, 1971.
- NEGRI, A. Reflexiones sobre el "Manifiesto por una Política Aceleracionista". In: AVANESSIAN, A.; REIS, M. (comp.). *Aceleracionismo. Estrategias para una transición hacia el postcapitalismo*. Buenos Aires: Caja Negra, 2017. p. 77-90.

- RIBEIRO, A. C. T. Territórios da sociedade: por uma cartografia da ação. In: SILVA, C. A. (ed.). *Território e ação social: sentidos da apropriação urbana*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011. p. 19-34.
- RIBEIRO, A. C. T. *Por uma sociologia do presente: ação, técnica e espaço*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012.
- RICHTA, R. *La civilización en la encrucijada*. 2. ed. Madrid: Ayuso, 1974.
- SANTOS, M. *L'Espace Partagé*. Les deux circuits de l'économie urbaine des pays sous-développés. Paris: M.-Th. Génin, Librairies Techniques, 1975.
- SANTOS, M. Society and Space: social formation as theory and method. *Antipode*, v. 9, n. 1, p. 3-13, 1977.
- SANTOS, M. *Espaço e Método*. Nobel: São Paulo, 1985.
- SANTOS, M. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.
- SANTOS, M. *Por uma economia política da cidade: o caso de São Paulo*. São Paulo: Hucitec-Educ, 1994.
- SANTOS, M. *A natureza do espaço: Técnica e tempo, Razão e emoção*. Hucitec: São Paulo, 1996.
- SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SASSEN, S. *Territorio, autoridad y derechos: De los ensamblajes medievales a los ensamblajes globales*. Buenos Aires: Katz, 2010.
- SIMMEL, G. *Problemas fundamentales de la Filosofía*. Andalucía: Espuela del Plata, 2006.
- TERRANOVA, T. Red stack attack! Algoritmos, capital y la automatización del común. In: AVANESSIAN, A.; REIS, M. (comp.). *Aceleracionismo: Estrategias para una transición hacia el postcapitalismo*, Buenos Aires: Caja Negra, 2017. p. 91-109.
- TOPALOV, C. *La urbanización capitalista: Algunos elementos para su análisis*. México: Edicol, 1979.
- VIRNO, P. *Gramática de la multitud: para un análisis de las formas de vida contemporáneas*. Buenos Aires: Colihue, 2008.
- WILLIAMS, A.; SRNICEK, N. Manifiesto por una Política Aceleracionist". In: AVANESSIAN, A.; REIS, M. (comp.). *Aceleracionismo: Estrategias para una transición hacia el postcapitalismo*, Buenos Aires: Caja Negra, 2017. p. 33-48.

---

#### COMO CITAR

SILVEIRA, María Laura. Globalização e urbanização corporativa: manifestações e tendências dos circuitos da economia urbana. In: ARROYO, Mónica; SILVA, Adriana M. Bernardes (org.). *Instabilidade dos territórios: por uma leitura crítica da conjuntura a partir de Milton Santos*. São Paulo: FFLCH/USP, 2022. p. 137-151.

